O EXERCÍCIO DA PARENTALIDADE NA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOSSEXUAIS¹

José Stona², Pamela Cador Fortes³, Jaqueline Oliveira⁴, Graciela Da Silva Linassi⁵, Iris Fatima Alves Campos⁶.

- ¹ Projeto de Iniciação Científica realizado nos Cursos de Graduação em Psicologia e Serviço Social da Unijuí
- ² Aluno do Curso de Graduação em Psicologia, stona_mm@hotmail.com
- ³ Aluna do Curso de Graduação em Psicologia, pame_fortes@hotmail.com
- ⁴ Aluna do Curso de Graduação em Psicologia, jaqueline19oliveira@yahoo.com.br
- ⁵ Aluna do Curso de Graduação em Serviço Social, gracielalinassi@hotmail.com
- ⁶ Professora Mestre Educação(UFRGS) do Departamento de Humanidades e Educação, Orientadora, irisunijui@gmail.com

Introdução

Em uma época de controvérsias, quando de um lado os homossexuais buscam lugar social e de outro lado camadas mais retrógradas tentam negar-lhes este reconhecimento, nos instigamos a pensar e teorizar em torno de questões referentes à adoção por homossexuais. Além disto, propomos uma reflexão relativa a qual função o conjunto familiar presta no que diz respeito ao desenvolvimento da criança, bem como se a orientação sexual do casal pode ser levada em consideração como fator determinante no processo de adoção. É necessário pensarmos que, conforme o código dos direitos humanos, é direito de todo sujeito constituir família. No entanto perguntamos o que, para além de ser um direito, constaria como condição para deixar alguém apto ou não para ser pai ou mãe? Todos esses pontos são essenciais para que seja possível trabalhar a questão central: é possível que um casal homossexual adote uma criança. O objetivo desse artigo é construir um pilar teórico interdisciplinar entre serviço social e psicologia, que permita pensar a questão.

Metodologia

Utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica.

Resultados e discussão

A família é um campo de trabalho de profissionais como assistentes sociais e psicológos .A priori, a família é entendida como uma instituição social históricamente condicionada, e que não pode ser trabalhada de forma fragmentada, isolada e mal compreendida.

De acordo com Mioto (1997, p. 120),

[...] a rigor, mesmo não se adentrando em diferenças regionais e sociais, não é possível falar de família, mas sim de famílias. O uso do plural se faz no sentido de abarcar, dentro da concepção família, a diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira.







Dentro desses novos arranjos surge a família homoafetiva na qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo. Tais uniões não possuem capacidade procriativa, restando-lhes para dar vasão ao desejo da maternidade/paternidade o uso de métodos de alta tecnologia ou da adoção.

Segundo Lacan (1995), ser mãe e ser pai está relacionado ao exercício e cuidado, uma posição assumida por uma pessoa que deseja a criança,ou seja, adultos que são continentes de determinadas condições, capazes de exercer cuidados físicos e emocionais à criança. Apresentando, assim, condição de ser mãe e ser pai enquanto funções.

Lacan (a partir do antropólogo, Claude Lévi-Strauss) introduz na psicanálise uma reflexão relacionada aos sistemas de parentesco. Em sua releitura à obra de Freud nos apresenta a função paterna e a função materna, sem referir-se a gênero ou sexo. Considerando uma relação heterossexual ou uma "família tradicional" dos anos 70, encontraríamos a mulher como responsável pelos cuidados com o lar e filhos, e o homem como o que provia financeiramente a casa e dirigia o rumo da familia. Levando em conta os novos modelos familiares, vemos que sequer entre os heterossexuais as funções estão assim delimitadas atualmente.

Levando essas questões para o âmbito dos casais homossexuais, é possível concluir que sua escolha de objeto amoroso nada influenciará quanto a constituição de uma criança que tomam como filho.

Kerl (2001) situa que não é necessário ser homem ou ser mulher para fazer as funções, pois os lugares do feminino e do masculino não coincidem, eles transitam, ou seja, o papel do pai não é mais ser o carrasco e cuidar do financeiro, agora ele ajuda nas tarefas da casa. O mesmo é o papel da mãe que não passa apenas a trocar fraldas, mas sim, sai de casa para trabalhar.

A psicanálise tem uma forma peculiar para abordar a concepção das funções da parentalidade. Elas são consideradas necessárias para a estruturação de uma criança, são de ordem prática e possuem uma série de diferentes tarefas de acordo com a fase de desenvolvimento da criança, além de haver possibilidade de ser exercida por questões que independem do sexo ou gênero.

Lacan vai situar que para uma estruturação psíquica é necessária a inscrição em três registros, o imaginário, o real e o simbólico. O real tem relação intrínseca com o corpo, o imaginário abarca a capacidade imaginativa no âmbito das fantasias e o simbólico é ir além dessas representações dando um novo sentido (psíquico).

No que diz respeito aos cuidados parentais, essas instâncias psíquicas estão ligadas e se relacionam, de modo que no registro real é que se dão os cuidados físicos com a criança, já no registro imaginário está a capacidade de sonhar dos pais, as expectativas deles perante a criança e por fatores simbólicos tomamos as questões psíquicas relacionadas a possibilidade de dar sentido as experiências vividas.

As dúvidas e angústias vinculadas ao exercício da função estão em toda e qualquer cadeia significante de parentalidade, independente da posição sexual que os pais se encontram, feminina ou masculina.

Uma das principais causas de questionamento relacionado à família homoafetiva é sobre quem será o pai e quem será a mãe nesse modelo familiar. Para elucidar essa questão recorremos a Bal (2001), que escreve que essa nova configuração da família nos situa num novo campo de organização, onde a masculinidade e feminilidade estão em papéis não mais tão estereotipados, podendo assim







transitar nas diferentes formas de cuidado. Isso nos leva a pensar que as novas configurações familiares possibilitam o surgimento de também novas formas de exercícios das funções parentais, e na família homoafetiva não é diferente.

O exercício das funções materna e paterna se dá de acordo com as características e preferências de cada membro do casal, não havendo necessariamente, nos casais homossexuais, uma divisão rígida de papel de gênero: feminino para o que cumpre uma função dita materna e masculina para uma função dita paterna. O que precisamos compreender é que mesmo no par homoafetivo a posição subjetiva masculina (ativa) e a posição subjetiva feminina (passiva) estão presentes e no senso comum são entendidas como questões de gênero, quando não o são.

Conclusões

O trabalho apresenta a fragilidade de não ter aprofundado a questão da subjetivação na posição masculina ou feminina(atividade/passividade), o que remete a continuidade do trabalho.

O levantamento teórico realizado demonstra que é a capacidade de cuidar e a qualidade do relacionamento com os filhos o fator determinante de uma boa parentalidade, e que os exercícios dessas funções vitais a uma criança independem da condição sexual dos pais. Esta diferente configuração familiar apresenta condições para adoção que independem de sua escolha objetal amorosa. São os ambientes sociais, físicos e psíquicos que fazem com que um casal tenha condições para entrar em um processo adoção.

Deste modo, nega-se as convições pessoais morais de caráter individual que acreditam ser melhor para uma criança não ter pais e nem lar, do que a possibilidade de conquistarem uma melhor condição de qualidade de vida e receberem o amparo de uma família formada por pessoas de sexos iguais, e como situa Maria Berenice (2011), a adoção é mais que uma questão jurídica é um ato de amor.

Palavras-chave Adoção Homoafetiva Parentalidade Serviço Social Psicologia

Referências Bibliográficas

BAL,MD. A revolta contra os pais á revolta dos pais. In: ARAÚJO,J.;SOUKI,L;FARIA,C.(Org).Figura paterna e ordem social:tutela, autoridade e legitimidade nas sociedades contemporâneas. Belo Horizonte: Autêntica; PUC Minas, 2001.cap3,p. 48-58.

DIAS, Maria Berenice (org.). Diversidade sexual e direito homoafetivo, 1ª Edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

KERL, M. Lugares do feminino e do masculino na família. In: COMPARATO, M.C.;MONTEIRO,D.(Org). A criança na contemporaneidade e a psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. cap.2,p.29-38.

KLEIN,M. Princípios psicológicos da análise infantil (1926). In:____. Contruibuições á psicanálise.2.edSão Paulo: Mestre jou,1981D.p. 177-192.





LACAN, J. Sobre o complexo de Édipo. In:_____. O seminário. Livro 4: a relação de objeto.4. ed. Rio de Janeiro: J.Zahar, 1995.cap. 12, p. 203-219.

MIOTO,R.C.T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, ano XVIII, n.55, nov./fev.1997.

